

VALTER BIANCHINI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
DESENVOLVIMENTO LOCAL RURAL SUSTENTÁVEL**

**CURITIBA
2000**

Desenvolvimento Local Rural Sustentável

Valter Bianchini¹

1 Introdução

Este artigo pretende apresentar uma retrospectiva da agricultura brasileira a partir dos anos 60 quando os Programas Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) passaram a considerar a agricultura como um setor estratégico para o desenvolvimento nacional.

De 1965 a 1972 foram criados o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER). Este triplé crédito, pesquisa e extensão foram responsáveis pelo processo de modernização² da agricultura brasileira.

Apesar de outros instrumentos como as políticas de preços mínimos, a construção de redes de armazéns públicos, a intervenção do estado e o incentivo ao cooperativismo, a política fundiária, as políticas de incremento a agroindustrialização, entre outras, este estudo dará ênfase ao papel do crédito rural, da pesquisa e da extensão rural no desenvolvimento da agricultura no Brasil a partir da década de 60.

Entender o contexto em que estes instrumentos de política agrícolas foram criados, como se articularam e os impactos que provocaram no meio rural brasileiro pode nos ajudar a repensar o papel das políticas públicas em um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável.

2 As Bases Tecnológicas para o Desenvolvimento da Monocultura

Desde o surgimento da diferenciação de categorias sociais na agricultura existiu um processo de diferenciação dos sistemas. Os primeiros capitalistas agrícolas (kulaks, yeomen, etc.), já mostravam as dificuldades de gerenciar os assalariados rurais em sistemas de produção mais complexos, preferindo o cultivo de cereais e em especial o trigo. A opção pela rotação no sistema trienal ou a integração com animais era considerado um mal necessário. Por serem donos ou arrendatários de parcelas maiores de terra e em geral terras mais férteis conseguiram uma vantagem relativa no cultivo de cereais em relação aos camponeses.

O grande obstáculo para os agricultores capitalistas praticar a monocultura total se desvencilhando da criação animal e do plantio de forrageiras, era o problema da manutenção

¹ *Doutorando do Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná e Pesquisador do Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais – DESER.. email bianchini@deser.org.br*

² *O termo modernização da agricultura brasileira possui diferentes significados. Neste texto definimos o processo de modernização da agricultura como a utilização no país de um processo que se denominou internacionalmente “Revolução Verde” com a utilização de uma tecnologia baseado no uso de sementes com alta produtividade, agroquímicos e motomecanização.*

da fertilidade do solo. Na Inglaterra onde nasceu e se consolidou o sistema Norfolk, experiências pioneiras sobre o cultivo de cereais, levadas a cabo desde 1843, tinham mostrado que era possível praticar a monocultura de cereais durante anos sobre a mesma terra empregando apenas fertilizantes químicos. As estações experimentais que a partir daí vão se multiplicar e se difundir passam a testar e divulgar diferentes fórmulas de fertilizantes. Já no final do século com a inclusão do nitrogênio nas fórmulas de adubo, este problema estava resolvido

No final do século XIX e início do século XX a monocultura vai se consolidar com o desenvolvimento da agricultura nos Estados Unidos, onde a extensão e fertilidade inicial das terras, a cultura inicial da agricultura como negócio e um crescente apoio do Estado e de sucessivas inovações tecnológicas vão consolidar este sistema e irradiá-lo para o restante do mundo.

A passagem da agricultura tradicional para a agricultura baseada em insumos tradicionais, mais conhecida como agricultura moderna ou convencional, significou a crescente dependência da agricultura em relação à indústria, bem como a relativa homogeneização das agriculturas mundiais e fortes agressões ao meio ambiente. Apesar deste processo ter se iniciado ainda no final do século passado, a partir dos avanços da energia a vapor, da mecânica e dos descobrimentos da química agrícola e também da genética vegetal, o principal fenômeno que marca esta transição ficou conhecido em todo mundo como Revolução Verde, que teve seus principais efeitos a partir de 1950.

Os agricultores familiares de uma maneira geral não se adaptaram à monocultura, por ocuparem menores áreas e em geral menos férteis, eram mais sensíveis à um sistema diversificado onde podiam equilibrar melhor os fatores de produção, reduzirem o risco da atividade e aumentar a produtividade na integração pecuária lavoura. O sistema policultura - pecuária sempre foi um traço característico da agricultura familiar e tem como função o autoconsumo familiar, geração de renda monetária constante durante o ano com pouca dependência de insumos externos e redução de riscos para a reprodução familiar.

O sistema tradicional de produção camponês, denominado de “policultura – pecuária” é considerado “uma sábia combinação entre diferentes técnicas”, foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específico entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal. Com efeito, os estudos entre as sociedades camponesas tradicionais mostram que a evolução destas pode ser percebida através de aperfeiçoar esta diversidade, seja pela introdução de novas culturas, até o limite da supressão das áreas de pousio, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. Como afirma Mendras, “toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que cada diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.” (MENDRAS, in WANDERLEY, 1996, p. 4).

O sucesso da agricultura “moderna” na última metade do século XX está no processo de minar a própria fundação sobre a qual foi construída. As técnicas, inovações, práticas e políticas que permitiram aumentos na produtividade também minaram sua base. Elas retiraram excessivamente e degradaram os recursos naturais dos quais a agricultura depende – o solo, reservas de água e a diversidade genética natural. Também criaram a dependência de recursos não renováveis e ajudaram a forjar um sistema que cada vez mais retira dos camponeses, que estão na melhor posição para serem os guardiões da terra agricultável, a responsabilidade de produzir alimentos. Em resumo, a agricultura moderna é insustentável – ela não pode

continuar a produzir comida suficiente para a população global, a longo prazo, porque deteriora as condições que a tornam possível (GLIESMANN, 2000. p. 33).

A agricultura “moderna” preconizada pela Revolução Verde foi construída em torno de dois objetivos capitalistas que se relacionam : a maximização da produção e do lucro. Para atender estes objetivos as principais práticas agrícolas desenvolvidas ao longo dos anos foram :

- Destoca, mecanização e cultivo intensivo do solo;
- Introdução de novas variedades, redução da biodiversidade e especialização na monocultura.. Apenas seis variedades de milho, são responsáveis por mais de 70% da produção mundial deste grãos ;
- Alta dependência de insumos externos à propriedade como os agroquímicos (fertilizantes solúveis, agrotóxicos e herbicidas). Agrotóxicos aplicados a lavouras são facilmente lavados e lixiviados para a água superficial e subterrânea, onde entram na cadeia alimentar, afetando populações animais em todos os níveis e, normalmente, persistindo por décadas;
- Irrigação. A agricultura é responsável por aproximadamente dois terços do uso global da água e é uma das principais causas de sua falta em algumas regiões. Mais da metade água aplicada nas culturas nunca é absorvida pelas plantas às quais se destina
- Outros efeitos :
- Perda do controle local sobre a produção agrícola. A modernização da agricultura têm subordinado os interesses dos agricultores ao das agroindústrias, das grandes redes do mercado varejista e do capital financeiro com perda de autonomia, da renda acareatando exclusão e êxodo;
 - Desigualdade global. Embora a desigualdade sempre tenha existido entre países e entre grupos dentro dos países, a modernização da agricultura tendeu a acentuá-la, porque seus benefícios não são distribuídos uniformemente.

3 O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil

No Brasil de maneira resumida podemos sintetizar a evolução da história agrícola em uma primeira fase que foi a da cultura indígena com os índios vivendo da caça, pesca, colheita de alimentos, medicamentos e matérias primas da floresta e de uma agricultura itinerante com cultivos como a mandioca, o algodão, o tabaco.

Com a chegada dos portugueses implantou-se no Brasil um sistema de produção baseado no latifúndio e na monocultura exportadora. As principais atividades agrícolas que vão predominar até o século XIX são a cana de açúcar, o café e a pecuária de corte. A mão de obra predominante será a mão de obra escrava e o sistema combina relações capitalistas com uma agricultura voltada para o mercado exportador ao lado de relações feudais com agricultores pobres do entorno responsáveis pelo complemento da mão de obra escrava nas grandes fazendas e pelas culturas alimentares além dos trabalhos artesanais. A agricultura familiar até este período sempre foi marginalizada pelas elites dominantes.

Na agricultura, estava ocorrendo uma transição dos complexos rurais (que veremos mais adiante) para a economia cafeeira, que traz elementos capitalistas para a exploração agrícola brasileira.

O século XIX será marcado pelo fim do regime escravocrata e pelo início da vinda de colonos europeus com objetivos de substituição da mão de obra escrava nas lavouras de café no Sudeste e colonização da região Sul, com a implantação de um sistema agrícola que combina a

produção de grãos e a criação de animais. Desde o início desta colonização teremos uma agricultura que se diversifica para atender o autoconsumo familiar e o mercado, inicialmente interno e depois ampliando-se em alguns produtos para o mercado externo. Na região Sudeste a agricultura familiar se mescla entre os originários da primeira fase da colonização dos agricultores pobres marginalizados pelo latifúndio e os de uma categoria ascendente que passam de parceiros nas grandes fazendas de café para pequenos sítiantes. Os sistemas de produção dos agricultores familiares serão mais especializados que no Sul do Brasil. Na região Nordeste vai predominar os agricultores pobres da primeira fase da colonização com posse precária da terra e explorados pelo latifúndio e que vão combinar uma agricultura de subsistência e de mercado em determinados ciclos como o do algodão com venda de mão de obra excedente em certos períodos do ano como o da colheita da cana de açúcar em grandes fazendas da região.

A partir de 1930, o país ingressa numa segunda fase, passando a se preocupar mais com a industrialização, principalmente a indústria leve. São dados os primeiros passos para desenvolver a infra-estrutura básica do país, o que acabou contribuindo, nas décadas posteriores, que o país construísse o seu parque industrial. Em fins dos anos 60 e início dos 70, o Brasil já contava com os setores industriais mais importantes que caracterizavam as economias industrializadas. Esse processo, conhecido como de substituição de importações, levou praticamente 50 anos, se contarmos desde os anos 30, quando foram desenvolvidas as primeiras políticas para a indústria nascente no país e chegou ao seu limite no final dos anos 70, com a crise da dívida externa brasileira.

Com as transformações que ocorrem na agricultura principalmente a partir do pós guerra a nível mundial, o Brasil será marcado a partir dos anos 60 por um novo ciclo de desenvolvimento, pelo que se denominou de “modernização conservadora da agricultura” onde sobre os princípios da Revolução Verde. Para viabilizar este processo na década de 70 foi criada a EMBRAPA com seus centros regionais de pesquisa especializados em produtos e com linhas de pesquisa que tinham como prioridade validar tecnologias da Revolução Verde. Criou-se a EMBRATER que teve como objetivo unificar as Associações de Créditos e Extensão Rural (ASCARs) para implementar os “pacotes” tecnológicos da Revolução Verde. O Estado interviu e reorganizou o cooperativismo que com seus departamentos técnicos, armazéns e agroindústrias a serviço do novo modelo de desenvolvimento. Para fechar a nova estrutura institucional criou o Sistema Nacional de Crédito Rural com créditos fartos e subsidiados que atendeu determinados produtos, concentrou-se regionalmente e em determinadas categorias de agricultores e priorizou a agroindústria a jusante e a montante da agricultura priorizando o crédito para máquinas, sementes selecionadas, agroquímicos e produtos de interesse da agroindústria alimentar. Com o fortalecimento da agroindústria alimentar se estabelece uma relação de integração entre a indústria e os agricultores em várias cadeias produtivas, provocando exploração e dependência dos agricultores integrados.

A monocultura, as propriedades mais capitalizadas e ou com maior potencial para incorporar este novo padrão tecnológico e as agroindústrias e as regiões Sul e Sudeste foram privilegiadas neste novo modelo de desenvolvimento.

Os anos 80 foram marcados pelo esgotamento do modelo de substituição de importações, pela indefinição de rumos da economia e, em certa medida, pela implementação dos primeiros passos em direção a abertura econômica e o afastamento do Estado da economia. A década de 80 ficou conhecida como a década perdida, onde a economia brasileira foi marcada pela predominância de altas taxas de inflação, com estagnação econômica, o que gerou a expressão “estag-inflação”. A concentração de renda no Brasil se intensificou em

todos os aspectos, seja no campo ou na cidade, dando ao país o título de campeão em desigualdade no continente.

Os anos 90 marcam a entrada do país na era neoliberal, onde inicia-se o processo de privatizações, desregulamentação dos mercados, abertura comercial, reestruturação produtiva, afastamento do Estado da coordenação da economia.

4 A Política Agrícola e a Modernização da Agricultura Brasileira

Para dar andamento aos PNDs gestados desde o início dos anos 60, a Política Agrícola vai contar com vários instrumentos para dar sustentação ao projeto de modernização da agricultura. Neste texto abordaremos três importantes instrumentos que formaram o triplé da transformação agrícola no meio rural brasileiro : a Pesquisa Agropecuária, a Assistência Técnica e Extensão rural e o Crédito Rural.

4.1 A Extensão Rural

A extensão rural representou um importante papel na difusão da tecnologia modernizadora. Desde as primeiras Associações de Crédito e Extensão Rural, tinha como objetivo de fazer uma ponte entre a pesquisa e os agricultores. Como na pesquisa o papel do Estado desenvolvimentista, foi de organizar uma instituição centralizadora em termos administrativos e decisórios.

As primeiras Associações de Crédito e Extensão Rural também tiveram forte apoio de entidades como a Fundação Rockefeller.

A criação de uma instituição nacional, ABCAR³ em 1956, dá contornos definitivos à necessidade de uma disciplina programática e metodológica por parte das instituições estaduais de extensão (ACARs) que cresciam em número e tamanho. Sua ligação estreita com o Ministério da Agricultura, de que recebia a maior parte dos recursos para repasse aos Estados sobre a rubrica de programas.

É importante ressaltar que de modo geral, até princípios da década de oitenta os recursos do Ministério da Agricultura transferidos através da ABCAR (depois EMBRATER) significavam os maiores valores dos orçamentos das instituições estaduais, chegando a alcançar a 70% do total.

A ABCAR foi criada no contexto do Plano Nacional de Desenvolvimento (1956 – 1960) cujo objetivo básico era fazer o país crescer “50 anos em 5”. Perfeitamente enquadrada dentro da lógica desenvolvimentista, tinha como base preparar a agricultura para dar suporte ao crescimento do moderno complexo agroindustrial que se montava na época. Se enfatizava neste plano a necessária articulação entre pesquisa, assistência técnica e crédito rural como base da política de modernização da agricultura nacional que resultaria da difusão de insumos modernos e a da mecanização do setor. Como medidas concretas o PND previa :

³ ABCAR : Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural composta nos Estados pela ACARs, Associações de Crédito e Extensão Rural como a ACARPA no Paraná a ACARESC em Santa Catarina e a ACARS no Rio Grande do Sul e assim sucessivamente nos diferentes Estados da União com exceção de São Paulo onde se constituiu a CATI, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

- Provisão de crédito para os produtores para a adoção de sementes ou animais selecionados, com o uso de fertilizantes, inseticidas, irrigação, máquinas e instalações agrícolas que requerem doses relativamente altas de capital;
- Organização e especialização dos serviços de pesquisa e extensão agrícola como forma de pesquisar e difundir técnicas mais produtivas;
- Aumento da produção interna de fertilizantes, inseticidas e pesticidas, através da implantação de indústrias específicas criadas com o apoio do crédito oficial;
- Continuação da importação de máquinas agrícolas com subsídio cambial e isenção tarifária, mas com a expectativa de que a implantação da indústria automobilística promova a produção nacional de tratores. (Brasil. Presidência da República – Conselho de Desenvolvimento. Programa de Metas. Rio de Janeiro, 1958).

Com a centralização do orçamento e dos programas prioritários a nível nacional e levados a prática a nível de estadual, havia poucas possibilidades de manejo das prioridades locais e de atenção a pequena agricultura familiar.

A natureza das políticas desenvolvimentistas e seu componente modernizador da agricultura definiam um modelo tecnológico que demarcava um estrato de produtores que seriam beneficiados com a assistência técnica e crédito. Desta forma, os extensionistas a nível municipal eram meros executores de programas que vinham de cima e aos agricultores se reservava o papel de adotante de um pacote tecnológico. Os níveis intermediários da estrutura organizativa de extensão (regionais e estaduais) dentro desta funcionalidade específica atuavam como controladores e supervisores dos programas. Estas esferas intermediárias tinham a função de controle, supervisão e assessoria para a boa execução dos programas e projetos determinados.

Os seguintes Planos Nacionais de Desenvolvimento até 1985 continuam atribuindo a agricultura um papel fundamental no contexto econômico brasileiro e destacam a importância da modernização da agricultura, sendo crescente a preocupação pela melhor integração entre pesquisa, assistência técnica e crédito rural.

No PND de 1972/74, resultado do I Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico surge em 1972 a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e em 1974 a EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural que substituiu a ABCAR.

De acordo com QUEDA (1987: 91) se pode dividir a história da extensão no Brasil em dois grandes momentos : o primeiro que corresponde ao período de sua introdução até finais dos 60, que o autor chama de anúncio do milagre da modernização, período no qual a extensão como aparato do Estado “preparou” o campo para a modernização agrícola; o segundo momento de 1970 em diante em que a extensão atua diretamente “no milagre da modernização agrícola”. Segundo o autor, esta “transição” se caracteriza pela definição sem “pudor ideológico” de que grupos sociais merecerão as porções de recompensas próprias de um processo de criação e distribuição de riqueza que se desenvolveria.

As Ematers passam a definir como prioritários agricultores que explorem comercialmente suas propriedades. Os pequenos agricultores passam a ser atendidos por Programas de Baixa Renda com equipes de técnicos agrícolas e extensionistas sociais em programas com objetivo assistencialista..

Nos anos 70 com esta nova configuração do sistema nacional de extensão rural, composto agora por empresas estaduais e uma empresa nacional, a centralização chega ao seu auge. A característica do “sentido descendente” de cima abaixo da política agrícola

modernizadora, encontra neste novo modelo a perfeita coerência institucional para fazer que o projeto modernizador tenha um fluxo direto desde os gabinetes da capital federal, passando pelas capitais estaduais, para chegar às regiões e municípios, de uma forma autoritária e sem participação do conjunto da população.

Integrar a agricultura, à indústria e à agricultura de exportação o mais rápido possível. Neste modelo que não é criatividade nacional a extensão deveria cumprir um papel de ponte entre a pesquisa e os agricultores (agora um grupo bem definido e seletivo) e o crédito agrícola altamente subsidiado.

A extensão chegou a atuar nas 25 unidades da federação através de mais de 2800 oficinas regionais e municipais onde atuam 22 mil funcionários, destes 10000 técnicos de campo.

Aos poucos as Ematers nos estados vão se transformando em empresas estaduais ocupando totalmente os espaços das ACARs perdendo os benefícios de empresa filantrópica que estas detinham. A partir do início dos anos 80 os estados já eram responsáveis por boa parte do orçamento das Ematers.

Com a crise do modelo desenvolvimentista no início dos anos 80, com a redução dos recursos e a “estadualização” das instituições, a EMBRATER começa a perder seu sentido.

Nos anos 80 o componente privado da ATER se fortalece como o fomento do sistema cooperativo, o fomento das agroindústrias e os serviços de assistência técnica privados. Cresce a importância dos complexos agroindustriais na gestão das políticas agrícolas por cadeia de produção.

Neste período, dentro de uma visão da reforma do Estado, a extensão já havia cumprido seu papel. Os argumentos para o fim da extensão: o tamanho do sistema, os custos sem retorno proporcional, a concentração dos funcionários nas capitais e grandes cidades, a incapacidade orçamentária do Estado para manter e gerir um sistema tão capilar. A estes argumentos devem somar-se as pressões dos receituários neoliberais impostos pelo FMI no sentido de liquidação das empresas estatais.

Em 1989 o fim do apoio aos PAPP no Nordeste pelo Banco Mundial reduz o orçamento das Ematers nos Estados e marca o início de uma crise que permanece até hoje na extensão pública da região.

Ainda em 1989 o governo brasileiro anuncia a extinção da EMBRATER. As funções de coordenação do SIBRATER passam a ser exercidas pela EMBRAPA através da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural. Na realidade esta coordenação ficou nos estudos e debate interno. Os pesquisadores mais ortodoxos contrários à ideia vencem e a partir de setembro de 1993, a coordenação do SIBRATER sai da EMBRAPA e passa a ser exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura.

Em 1999 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário a Secretaria de Desenvolvimento Rural, se transfere para este novo Ministério junto com o Programa da Agricultura Familiar ficando o DATER (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a EMBRAPA sob a coordenação do Ministério da Agricultura.

4.2 A Pesquisa e a Modernização da Agricultura

Em 1962 é criado o Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA) com funções de coordenação da pesquisa agropecuária nacional. Os cultivos a serem selecionados para a pesquisa, eram classificados em relação à produção de divisas, economia de divisas, abastecimento interno, pesquisas em tecnologias de alimentos e

pesquisas zootécnicas. Com o DNPEA surge na época uma relação mais intensa com a ABCAR.

Na época vários convênios são firmados entre Universidades e Institutos de Pesquisa com entidades afins dos Estados Unidos. É interessante lembrar que dos anos 30 aos anos 50 se gesta a nível internacional as bases da “Revolução Verde”. Os Estados Unidos através das Agências USAID e das Fundações Rockefeller, Ford e Kelloggs incentivam a criação dos Centros Internacionais de Pesquisa Agrícola como o CIMMYT no México e o IRRI nas Filipinas e a criação de Institutos Nacionais de Pesquisa, como o DNPEA no Brasil, subordinado no Ministério da Agricultura, com funções coordenar as pesquisas agrônômicas do país e supervisionar os Institutos Agrônômicos existentes.

A grande novidade do PND de 1972/74 é a formulação do I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico colocando a ciência e a tecnologia como objetivos explícitos da Política Econômica. Este plano reforça os institutos nacionais e estaduais de pesquisa agrícola, os Centros de pós-graduação no país e cria a EMBRAPA que substituiu o DNPEA.

Segundo o professor Ruttan (1982, p. 100) in Romeiro, da Universidade de Minnesota, um dos inspiradores do Sistema Embrapa, esta deveria ter quatro princípios norteadores:

- Queimar etapas através da transferência e adaptação de “pacotes tecnológicos” produzidos no exterior; colaboração mais estreita com a indústria de insumos e equipamentos agrícolas e com os agricultores na definição de projetos de pesquisa;
- Esforço de pesquisa por produto e concentrado nos mais importantes;
- Deixar sempre que possível o esforço da pesquisa fundamental a cargo de outras instituições (como as Universidades), fazendo o suficiente para apoiar a pesquisa aplicada.

A concentração do esforço de pesquisa por produto decorre da filosofia de trabalho que presidiu a criação da EMBRAPA inspirada em grandes instituições internacionais de pesquisa como o IRRI nas Filipinas e o CIMMYT no México, criadas nos anos sessenta no bojo da chamada “revolução verde”. O objetivo maior da pesquisa nestas instituições era o de produzir localmente, em regiões tropicais, as novas variedades de alta capacidade produtiva (HYV) que haviam revolucionado a agricultura nos países desenvolvidos de clima temperado.

A EMBRAPA surge como uma estrutura flexível de gestão da pesquisa com o poder de buscar recursos nas mais diferentes fontes e administrá-los de acordo com suas prioridades, assim como buscar no mercado os pesquisadores mais talentosos. Se inicia um intenso programa de formação com o envio de técnicos a centros de pós-graduação em universidades nacionais e no exterior. De 12 pesquisadores doutores em 1973 passa a ter 645 em 1992. De 724 pesquisadores em nível de mestrado em 1974 passa a ter 1128 em 1992.

O modelo institucional da EMBRAPA está conformado por um Sistema Nacional, com duas linhas básicas de atuação: ação direta e ação coordenadora. A primeira tem lugar através dos Centros Nacionais por Produtos, dos Centros de Recursos Naturais Regionais, dos Serviços Nacionais e das Unidades de Execução de Pesquisa de âmbito estadual. Por outro lado, a ação coordenadora (normativa e programática) se refere aos trabalhos conduzidos pelas empresas estaduais de pesquisa agropecuária. Se mantêm também relações com universidades e com a iniciativa privada com a finalidade de se evitar a duplicação de esforços.

A estrutura organizativa adotou um enfoque centralizado de programação baseado em sistemas de produção abordando o processo produtivo por produto e de forma integral, dentro de um modelo concentrado de pesquisa, concentração em produtos prioritários em dimensão

nacional. São criados os Centros de Pesquisa por produtos como os de soja, trigo, feijão, arroz, milho, cada qual em uma determinada região com uma equipe de especialistas em todo o ciclo da cultura, seguindo os princípios da Revolução Verde.

Segundo Romeiro, em *“Agricultura e Meio Ambiente, Teorias e História do Progresso Técnico”* no conjunto de recomendações de pesquisa e de tecnologias desenvolvidas ou adaptadas pela EMBRAPA ao longo de seus dez primeiros anos de atividades aparece uma enorme concentração de pesquisa por produto e dentro desta na seleção de novas variedades. O esforço da pesquisa genética foi altamente concentrado na seleção de variedades mais produtivas para campos de cultura que não apresentavam restrições pedo-climáticas especiais isto é, se buscava a seleção de variedades com alta capacidade de resposta ao investimento realizado principalmente na fertilização química e irrigação, o que caracterizava o cerne tecnológico da revolução verde.

No final dos anos 70 com a crise do petróleo tanto a nível internacional como a nível nacional, procurou-se desenvolver tecnologias intermediárias com seleção de variedades mais adaptadas ao meio adverso, além de outras técnicas que reduzissem o consumo de insumos agrícolas, através do aproveitamento de insumos do próprio ecossistema agrícola ou através da redução de desperdício. Este esforço da pesquisa não exigiu mudanças significativas no sistema de produção dominante que é a monocultura. A pesquisa de “tecnologias intermediárias” cujo objetivo é reduzir o custo de produção do pacote tecnológico convencional representou 8,3% do esforço da Embrapa na década de 70.

Finalmente no período analisado existe um pequeno número de tecnologias e recomendações de pesquisa, que podem ser consideradas como ecologicamente equilibradas e que implicam a mudança radical do sistema de cultura dominante: a monocultura cede lugar a sistemas mais complexos. A pesquisa agroecológica que implica na mudança radical do sistema de produção convencional representou apenas 5% deste esforço, na fase inicial da EMBRAPA mas cresceu em importância no início dos anos 80. Se procurou adequar o enfoque de programação pretendendo-se maior descentralização nas decisões de programação de pesquisa, adotando-se o modelo circular de programação.

Em alguns Centros de Pesquisa da EMBRAPA como o CEPATSA de Petrolina um grupo de pesquisadores no início dos anos 80 começa desenvolver uma linha de pesquisa por sistemas de produção.

No início dos anos 90, a EMBRAPA reconhece uma crise de seu modelo de pesquisa e aponta para uma inadequação de grande parte dos 4500 projetos de pesquisa da Empresa com relação aos últimos avanços científicos, as demandas do agro-negócio e as demandas atuais da sociedade. Um dos pontos principais desta nova fase é assumir que a pesquisa começa e termina na sociedade. Esta visão ampla se baseia na consideração do desenvolvimento sustentável, da agroecologia, consideração do ecossistema, interdisciplinaridade, segurança alimentar, justiça social e diversidade biológica, como conceitos básicos que tem de ser perseguidos na concepção de projetos de pesquisa.

4.2.1 A Integração Pesquisa Extensão Rural

Desde o início dos anos 60 com a criação da ABCAR e do DNPEA foram realizados vários esforços para a construção de uma unidade de trabalho entre a Pesquisa e a Extensão Rural oficial. Na fase de difusão de tecnologias coube a extensão levar aos agricultores os pacotes tecnológicos desenvolvidos ou adaptados pela rede de pesquisadores. Com o desenvolvimento de linhas de pesquisas intermediárias ou agrossistêmicas, agricultores, extensionistas e pesquisadores passam a atuar de forma mais circular e em alguns casos de

forma mais horizontal. A seguir apresentamos diferentes formas onde se tentou buscar uma maior integração entre a pesquisa e a extensão :

- A nível de cúpula como o COMPATER Conselho de Pesquisa Agropecuária Assistência Técnica e Extensão Rural no II PND (1975/79);
- A criação do articulador pesquisa/extensão;
- Integração através de reuniões, seminários, dias de campo, onde a pesquisa informava acerca do que estava fazendo e divulgava os resultados. Não eram discutidos nunca a concepção dos projetos de pesquisa nem os problemas reais da grande massa dos agricultores familiares e muito menos seus potenciais de conhecimento. As prioridades acerca do que investigar eram definidas centralmente pela pesquisa .
- Seminários para definição de “pacotes tecnológicos”. Convocados pelas empresas de pesquisa, onde se reuniam pesquisadores de produtos específicos, extensionistas e produtores rurais para durante um certo período de tempo (um a dois dias), discutir os sistemas de produção de determinado cultivo e elaborar um documento de recomendação técnica para ser adotado pelos técnicos em sua assistência aos agricultores. Neste evento se assumia pela primeira vez “pacotes tecnológicos diferenciados” segundo a categoria do produtos.

Em 1989 com a extinção da EMBRAPA as funções da articulação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural foram transferidas para a EMBRAPA. Apesar desta responsabilidade ter ficado com a EMBRAPA até 1993 não houve no período avanços na integração pesquisa extensão.

4.3 O Crédito Rural

Criado em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), viabilizou financeiramente os pacotes tecnológicos validados pela pesquisa oficial e difundidos pela extensão rural. Não se tratava de colocar a disposição dos agricultores apenas um crédito geral, mas sim um crédito especificamente voltado para a modernização da agricultura. Através de um crédito específico interviu-se a favor da utilização de insumos modernos, das culturas e criações integrados aos novos complexos agroindustriais, pois o crédito era vinculado a observações de certas condições pré-fixadas de acordo com a estratégia modernizadora. O crédito também sempre esteve vinculado ao uso de um pacote agrícola composto de insumos químicos e sementes selecionadas para a produção em escala intensiva.

Durante a década de 70, o crédito rural teve evoluções constantes, passando de US\$ 5,3 bilhões em 1970 para US\$ 23 bilhões em 1979 com um aumento acumulado de 328% no período. Esse crédito rural foi subsidiado na medida em que não existia correção monetária e os juros eram fixos entre 10% e 15% até 1978 e de 21% a 38% até 1980. A inflação no período variou de 16% em 1972 até 110% em 1980. Em 1979, 90% do valor das vendas de tratores e fertilizantes e mais de 75% das vendas de agrotóxicos foram pagos com dinheiro do crédito rural. Na década de 70, quanto a finalidade do total de crédito concedido, houve a seguinte distribuição: 53% para custeio, 21% para investimento e 26% para a comercialização.

As regiões mais desenvolvidas e os produtos mais dinâmicos foram privilegiados. Os produtores dos extratos superiores e intermediários foram grandemente favorecidos e puderam modernizar sua produção e acumular capital. Os pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra foram marginalizados. Em 1979, o número de contratos de custeio foi de 1.375.417, atingindo menos de 25% do total de produtores do país. Destes contratos 80% eram

destinados aos pequenos agricultores e que respondiam por 20% dos recursos destinados ao crédito.

As conseqüências sociais e ecológicas dessa política foram muito grandes. A concentração de renda e da terra foi brutalmente agravada e o patrimônio ambiental foi severamente dilapidado. Mas nos anos 60 e 70, a política agrícola brasileira alcançou os fins para os quais se destinava.

Das funções previstas para o meio rural a partir dos anos 60 nos PNDs tínhamos :

- Liberar mão de obra, isto é, expulsar gente do campo para formar o exército industrial de reserva necessário ao crescimento industrial capitalista. A migração rural-urbana foi até maior que as expectativas.
- Produzir alimentos baratos para a crescente população urbana, de forma a permitir o pagamento de baixos salários, sem que a acumulação de capital e a expansão industrial fossem prejudicados.
- Produzir matérias primas necessários ao desenvolvimento da indústria processadora de produtos agrícolas, promovendo-se a agroindustrialização do país.
- Produzir excedentes exportáveis para fazer frente aos compromissos internacionais, principalmente a partir de meados da década de 70 quando as exportações agrícolas desempenharam um papel indispensável para o equilíbrio de pagamentos do país.
- Adquirir máquinas, equipamentos e insumos fornecidos pela nascente indústria de meios de produção destinados à agricultura, criando-se, desta forma, um grande mercado para tratores, fertilizantes, rações, agrotóxicos, etc.

Com um alto custo social e ambiental, a política agrícola brasileira, nos anos 60 e 70 alcançou em boa parte os fins para os quais se destinava.

Em 1960, 55% da população brasileira era rural, em 1970, 44% e em 1980, 32%. Entre 1960 e 1980 enquanto a população rural se reduzia de 38.767.423 habitantes para 38.566.297, a população urbana no mesmo período passava de 31.303.034 para 80.436.409 habitantes. Somente na década de 70 a população rural se reduziu em 2.487.756 pessoas e a população urbana aumentou em 28.351.505 pessoas. Este processo de urbanização permitia manter em níveis bastante baixos os salários urbanos industriais;

Segundo dados do IBGE a produção brasileira de grãos saltou de 25,10 milhões de toneladas em 1965 para 49,97 milhões de toneladas em 1980. As exportações dos principais produtos agrícolas saltaram de US\$4,04 bilhões de dólares em 1965 para US\$15,22 bilhões de dólares em 1980. Em 1965, o café e o açúcar contribuíram com 88,6% das exportações totais. Em 1970 essa contribuição caiu para 40,7% e, em 1980, caiu para 20%. O complexo soja que não aparecia na pauta das exportações em 1965, representou em 1980, 20% das exportações agrícolas e 10% das exportações totais do país.

Estes números mostram que a produção agrícola aumentou consideravelmente, impulsionando o crescimento da indústria processadora e a obtenção de grandes superávits da balança comercial do país. Em relação ao abastecimento interno, em casos de produção deficitária, o recurso às importações impedia grandes crises de abastecimento.

De 1965 a 1980 o melhor desempenho foi para a soja, cuja produção era praticamente inexistente em 1965, em 1970 atingiu mais de 5 milhões de toneladas e em 1980 passou para 15,16 milhões de toneladas. O trigo tratado dentro do conceito de importações recebeu um elevado grau de incentivos, incrementando o binômio soja/trigo em sistema de rotação. A produção passou de 580 mil toneladas em 1965, para 2,7 milhões de toneladas em 1980. Estas duas culturas demandaram a maior parte dos trabalhos da pesquisa, extensão e do crédito. A

terceira cultura em importância foi o milho, de consumo interno e também utilizado no complexo carnes, principalmente na avicultura, sua produção passou de 12,11 milhões de toneladas em 1965 para 20,4 milhões de toneladas em 1980.

A disponibilidade de recursos subsidiados para a agricultura de um lado, aumentou a demanda por máquinas, implementos, sementes e agroquímicos, para a produção agrícola e de outro, fez frente a uma capacidade ociosa da indústria de produção de bens de capital (máquinas e equipamentos agrícolas) que se instalou no país a partir dos anos 50.

“Entre 1940 e 1950 o número de tratores utilizados na agricultura brasileira cresceu de apenas 3380 unidades para 8372 unidades, mas na década de 1950 verifica-se um grande salto, chegando a 1960 com 61345 tratores utilizados nos estabelecimentos agropecuários, oferta dependente totalmente das importações. Em 1964 a produção interna supria 90% da oferta, crescendo para 99% em 1970. Nas décadas de 60 e 70, já com base na produção interna são incorporados 104.525 e 154.243 novas unidades respectivamente, em comparação aos 52.973 tratores incorporados na década de 50... A participação do consumo intermediário no valor da produção pode então ser vista como um indicador síntese do processo de modernização : quanto mais complexa a base técnica da produção, com a utilização crescente de insumos (químicos, físicos e biológicos), maior tende a ser a proporção do consumo intermediário na produção. De menos de 15%, em 1949, ele passa a representar 23,55 na metade dos anos 60, saltando para quase 40% em 1980. Nota-se que a intensificação do crescimento do consumo intermediário na agricultura dá-se a partir de meados dos anos 60 ,já na fase que denominamos de “industrialização da agricultura” (Graziano, 1996 : p. 21 e 22).

Nos anos 80 o modelo de agricultura gestado nos anos 70, entra em crise como reflexo de alterações na política internacional e da crise geral da economia brasileira. Ainda no final dos anos 70 surgem os primeiros contornos da crise que acabou estrangulando a economia brasileira na década de 80. A política monetária dos Estados Unidos triplicou a taxa de juros internacionais. Conseqüentemente, o serviço da dívida externa brasileira, contraída a juros flutuantes, aumentou consideravelmente. Juntamente aos efeitos do segundo choque do petróleo (ocorrido em 1979) e o recuo nas cotações mundiais dos principais produtos de exportação pusera em cheque o padrão de desenvolvimento então vigente.

Em 1981, o Brasil recorreu à moratória. A dívida externa foi estatizada. A partir daí um quadro que iria marcar a década de 80 como uma década perdida, com juros elevados, inflação crescente, corrupção generalizada, e estímulos a exportação para o pagamento dos serviços da dívida. O Estado inadimplente já não podia manter as mesmas políticas públicas do período desenvolvimentista.

A política agrícola centrada no crédito abundante e altamente subsidiada não era mais possível. A redução do volume de dinheiro para os financiamentos rurais, a demanda interna reprimida pelo achatamento salarial, resultante da recessão, as baixas cotações internacionais dos principais produtos agrícolas exportáveis e a oportunidade de ganhos fáceis no mercado determinaram a queda no nível de investimentos e a estagnação da produção agrícola.

A partir de 1980 o financiamento destinado à agricultura é integrado às regras gerais do Sistema Financeiro Nacional. Os recursos que vinham da Conta Movimento do Tesouro eram cada vez mais escassos, as exigibilidades se reduziram com as aplicações remuneradas dos depósitos a vista e o recurso externo se tornou escasso e caro. As novas fontes exigiam a introdução da correção monetária no crédito rural.

As modificações nas regras e a correção foram introduzidas já a partir da safra 80/81, contando-se somente parte da inflação registrada. Nas duas safras seguintes adotaram-se

novamente encargos financeiros fixos de 45% ao ano. Na safra 83/84 a taxa foi de 85% da correção monetária mais 3% de juros a.a. Nas safras 84/85 e 85/86 aplica-se a correção monetária plena sendo a taxa de juros fixada em 3% a.a. A safra 86/87 sob o plano cruzado voltou a ter encargos fixos de 10% a.a. em 1987 introduziu-se o IPR como fator de correção dos financiamentos rurais com juros de 7% a.a. O Plano Bresser, em julho de 1987, modificou novamente as regras, reintroduzindo a OTN como fator de correção e levou a taxa de juros para percentuais de 9% a.a. Em 1989, o Plano Verão altera novamente as normas congelando a correção durante sua vigência e determinando após o seu término a atualização pelo IPC e mais tarde pela BTN fiscal. Em 1990 pelo menos 1/3 dos recursos de crédito são liberados à taxas livres e em 1991 os financiamentos vinculados ao BTN passam a ser corrigidos pela Taxa Referencial de Juros.

Os anos 80 marcam grandes mobilizações dos agricultores em função do endividamento crescente dos agricultores em função de que a evolução dos preços agrícolas não acompanhavam as taxas de juros dos empréstimos rurais.

A partir da segunda metade dos anos 80, houve uma deterioração da oferta de recursos para o financiamento de custeio. Neste mesmo período, cinco produtos receberam 78% do crédito de custeio (soja 32,7%, milho 16,9%, arroz irrigado 10,6%, arroz de sequeiro 7,1%, algodão 6,6% e feijão 3,5%).

Os números mostram que o montante de crédito rural concedido atinge seu valor máximo em 1979 quando foram liberados US\$ 20,4 bilhões e a partir daí cai em valores reais, atingindo em 1990 US\$ 8,4 bilhões, valor este que não seria ultrapassado nos anos 90.

Em 1987 a Constituinte prevê uma anistia a parte das dívidas dos agricultores e com a regulamentação da Lei Agrícola aprovada na Constituição de 1988 se estabelece a obrigatoriedade da equivalência produto para as operações de crédito rural com os pequenos agricultores o que nunca se viabilizou na prática.

Os reflexos desta política nos anos 80 são: queda na área plantada de grãos, de 40 milhões de ha em 1979/80 para 38,9 milhões de ha em 1989/90. A produção de grãos que tinha passado de 25 milhões de toneladas em 1965 para 32,5 milhões de toneladas em 1970 e 50 milhões de toneladas em 1980, cresceu apenas 13 % na década, com uma produção de 56,5 milhões de toneladas em 1990.

A maioria dos pequenos agricultores que não participaram dos anos dourados de crescimento econômico do país viram agravado sua situação nos anos 80. O crédito apesar da redução foi mais seletivo, beneficiando produtores integrados ao mercado e centralizado no financiamento dos agroquímicos, sementes certificadas e nos investimentos em máquinas, implementos e animais. O êxodo rural foi mais intenso que na década de 70. A população rural que era de 38,5 milhões de habitantes em 1980 32,4% da população total, passou para 35,8 milhões em 1991, 24,4% da população total. A concentração de terras continuou crescendo e o número de estabelecimentos que tinha se mantido nos primeiros cinco anos da década de 80 volta a cair no final da década principalmente nos pequenos extratos e entre os parceiros e arrendatários.

Na primeira metade dos anos 90 os problemas com o crédito rural se agravam com um descolamento entre os juros do crédito rural e a evolução dos preços agrícolas. O crédito passa a se centralizar no custeio e os recursos aplicados caem para uma média de US\$ 7,9 bilhões de dólares ao ano.

Em 1994 a FAO lança um documento denominado Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável com base no fortalecimento da agricultura familiar. Estes

estudos repercutem nos debates da campanha eleitoral de Lula e FHC em relação aos programas de agricultura dos dois candidatos e nas organizações dos agricultores.

Em 1994, depois de muita pressão dos agricultores familiares, principalmente através do I GRITO DA TERRA BRASIL, foi criado o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Pela primeira vez na história da política agrícola brasileira, a definição do público beneficiário aproximou-se das reivindicações dos movimentos sociais, considerando como classificadores a área e o tipo de mão-de-obra utilizada na produção. Apesar de toda a propaganda governamental, este programa foi limitado, atingindo um número insignificante de agricultores.

Em 1995, novamente fruto da ação dos agricultores familiares, através do II GRITO DA TERRA BRASIL, o governo federal criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), substituindo o PROVAP. Apesar do Conselho Monetário Nacional ter regulamentado as modalidades de crédito de custeio e investimento, somente o custeio foi efetivado. Neste ano, os critérios para a classificação do público beneficiário do Pronaf foram: agricultores (proprietários, arrendatário, parceiros e ocupantes) com menos de 4 módulos fiscais; utilização de trabalho direto familiar; empregado eventual ou ajuda de terceiros, quando a natureza da atividade sazonal o exigir; não utilizar serviços de empregados permanentes; no mínimo de 80% da renda familiar deveria ser originário da exploração agropecuária; e residência na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Os encargos do crédito de custeio do Pronaf para a safra 1995/96 foram de 16% ao ano, mas o agricultor tinha direito a um rebate de 25% da taxa de juros no momento do pagamento, o que resultava em uma taxa efetiva de 12% ao ano. As taxas de juros para os demais agricultores foram de 16% ao ano, apenas 4 pontos percentuais superiores as do Pronaf.

Os problemas e entraves impostos pelos bancos para a liberação do Pronaf foram muitos, sendo liberado apenas R\$ 89 milhões, com um valor médio de R\$ 3.209 por contrato, beneficiando apenas 33.227 agricultores com crédito de custeio, dos quais 25.216 na região Sul. O crédito de investimento do Pronaf não saiu do papel.

O Pronaf global, destinado a investimento em infra-estrutura comunitária e formação foi aprovado em 1995, mas os projetos locais de desenvolvimento somente começaram a ser aprovados no ano seguinte.

Em 1996, novamente devido a pressão do III GRITO DA TERRA BRASIL, os agricultores familiares conquistaram a redução das taxas de juros para o crédito de custeio de 12% para 9% e uma perspectiva para a liberação de crédito para investimento. Os recursos para o investimento viriam do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), sendo que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) deveria assumir a intermediação dos recursos entre o FAT e os bancos. A taxa de juros foi calculada pela TJLP (Taxa e Juros de Longo Prazo) acrescida de juros de 6% ao ano. Caso os pagamentos fossem efetivados nos prazos estabelecidos, receberiam um rebate de 50%.

A classificação dos beneficiários do Pronaf foi alterada neste ano, permitindo aos agricultores que contratassem até 2 empregados permanentes tivessem acesso ao programa.

Com a pressão dos agricultores junto aos bancos e ao governo, ampliou-se a liberação do crédito de custeio. Para que o Banco do Brasil operasse com o Pronaf, o governo federal garantiu uma boa remuneração, pagando uma taxa de 6% ao ano a título de despesas administrativas, além de uma taxa mensal de R\$ 17,30 para cada contrato efetivado.

Nesta safra (96/97), apesar do governo ter anunciado a liberação de R\$ 1 bilhão para o Pronaf, somente foram aplicados para custeio e investimento cerca de R\$ 580 milhões (junho de 1996

a maio de 1997) beneficiando cerca de 310 mil agricultores. O Banco do Brasil aplicou R\$ 320 milhões e os demais bancos aplicaram os outros R\$ 260 milhões.

Em 1997 a luta continuou, sendo que com o IV GRITO DA TERRA as taxas de juros baixaram para 6,5% ao ano. A continuidade dessa luta, principalmente a partir de uma greve de fome realizada por um grupo de agricultores familiares do Rio Grande do Sul, resultou na criação do Pronaf Especial, destinado aos agricultores familiares de menor renda.

Em 1998 as mobilizações das organizações de agricultores familiares avançaram para a redução das taxas de juros de custeio, as quais caíram para 5,75%. O Pronaf Especial Custeio, também conhecido como “pronafinho” garantia também um rebate de R\$ 200,00 por contrato. Para o Pronaf Investimento, as taxas mantiveram-se as mesmas $[(TJLP + 6) / 2]$, sendo que o Pronaf Especial Investimento também tinha a mesma taxa, mas tinha direito a um rebate de R\$ 700,00 no final no pagamento.

Nesta safra inicia-se uma linha de crédito específica para a agroindústria familiar, com os primeiros projetos do Pronaf Agroindústria e do Agregar (Projeto de Agregação de Renda da Agricultura Familiar). Outra novidade foi a regulamentação do custeio na forma de crédito rotativo, também conhecido como Rural Rápido, operado exclusivamente pelo Banco do Brasil.

Em 1999, com a extinção do Proceca (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), são criadas novas categorias de beneficiários do Pronaf, sendo que os assentados também passam a ser considerados como beneficiários do programa.

Os agricultores familiares passam a ser classificados em quatro grupos – A, B, C e D. O grupo “A” é formado assentados da Reforma Agrária que ainda não receberam todos os créditos de investimento que tinham direito. O grupo “B” é formado por agricultores que possuem renda bruta inferior a R\$ 1.500,00 ao ano. O grupo “C” é formado por agricultores familiares com renda bruta entre R\$ 1.500,00 e R\$ 8.500,00 por ano. O grupo “D” é destinado aos agricultores familiares mais capitalizados, com renda bruta entre R\$ 8.500,00 e R\$ 27.500,00 por ano.

Também foi criado o crédito coletivo para pessoas jurídicas, destinado a associações, cooperativas ou outras formas de agrupamento de caráter jurídico. Passam a ser financiadas as atividades não agrícolas, como o turismo rural e o artesanato, além de outras atividades ligadas ao meio ambiente. Uma grande conquista, embora ainda apenas no papel, é que o financiamento passa a ser concedido para a propriedade e não para o produto. Com a passagem do Pronaf do Ministério da Agricultura para o novo Ministério do Desenvolvimento Agrário e a reestruturação das equipes neste novo Ministério, muitas dessas novas medidas não saíram do papel.

Em 2000, as mobilizações de luta forma marcantes em todas as regiões do país. Entre as principais medidas para a safra agrícola 2000/01, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou um aumento dos recursos disponíveis para o Pronaf, passando dos R\$ 3,46 bilhões disponibilizados em 1999 para R\$ 4,24 bilhões em 2000.

Para os grupos C e D do Pronaf, a taxa de juros do crédito de custeio caiu de 5,75% para 4% ao ano, e do crédito de investimento passou para 4% fixos ao ano, com direito a um rebate de 25% para o pagamento em dia.

Para os agricultores do grupo C, o valor máximo dos créditos do Pronaf custeio passou para R\$ 2.000,00, sendo que o número de financiamentos através desta modalidade subiu de 3 para 6, continuando o rebate de R\$ 200,00 por contrato. Para o investimento serão permitidos até três financiamentos por beneficiário, com um teto de até R\$ 4.000,00 por financiamento e um

rebate de R\$ 700,00 por agricultor, desde que os créditos sejam grupais. A sistemática de equivalência produto nos financiamentos foi eliminada.

O PRONAF Agroindústria passa a fazer parte do AGREGAR, e o PROAGRO se torna obrigatório para ser obter o crédito de custeio em regiões onde são mais suscetíveis a eventos climáticos, podendo em outras regiões o agricultor optar por outro tipo de seguro agrícola.

6 Categorias para a construção do desenvolvimento local rural sustentável

Mais do que dispor de um preciso conceito de desenvolvimento sustentável, necessitamos trabalhar na identificação e construção de saberes ecológicos, agrônômicos, econômicos e sociais que nos permitam, de forma participativa, desenvolver processos toleráveis de exploração da natureza e compatíveis com as exigências de reprodução social das comunidades locais

A evolução dos sistemas agrários ao longo da história da humanidade sempre tiveram uma interação entre, de um lado, as restrições agroecológicas, de outro as restrições sócioeconômicas e institucionais, além do possante movimento de inovações que é acionado sempre que se altera um dos elos tecnológicos que compõe um dado sistema produtivo.

Com isto poderíamos afirmar que uma agricultura como subsistema inserido em um agroecossistema sustentável deve atender a parâmetros de sustentabilidade nos campos ecológicos, sociais e econômicos .

No campo ecológico :

- teria efeito negativos mínimos no ambiente e não liberaria substâncias tóxicas ou nocivas no meio ambiente,
- preservaria a fertilidade do solo,
- utilizaria a água de modo a satisfazer as necessidades hídricas do ambiente e das pessoas, manteria a estabilidade das reservas,
- dependente de recursos do agroecossistema através da ciclagem de nutrientes,
- valoriza e conserva a diversidade biológica.

No campo sócio cultural :

- valorização do saber local em todo o processo de desenvolvimento,
- equidade no acesso a tecnologias ,
- valorização do potencial endógeno dos âmbitos da comunidade,
- controle local democrático do meio ambiente ,

No campo econômico:

- garantir a reprodução das populações locais em qualidade de vida semelhante as populações urbanas,
- garantir um sistema agroalimentar sustentável em todos os níveis.

O desenvolvimento sustentável deve ser entendido como a área de intersecção da sustentabilidade nestes três campos.

Quando pensamos em um projeto de desenvolvimento local rural sustentável é necessário levar em conta as diferentes expectativas individuais. Não podemos ter como objetivo a sustentabilidade sem partir do alcance de direitos (liberdades) individuais básicas para todo o

conjunto da população levando-se em conta as diferenças de gênero, de idade, de renda, de cultura, de acesso aos direitos básicos, etc.

No desenvolvimento rural procuramos fortalecer uma categoria básica que são os agricultores familiares. Existem vários estudos que mostram que países que atingiram os mais altos níveis educacionais, de esperança de vida, e de Renda Real per Capita tenham todos optados pela reforma agrária fortalecendo uma agricultura baseada no trabalho familiar, enquanto os países como os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) contam com o predomínio da agricultura patronal e do latifúndio improdutivo.

No processo de conformação deste novo paradigma, encontramos ainda categorias-chaves para a construção de um novo modelo alternativo de desenvolvimento rural, buscadas em Chayanov, tais como a importância dada à especificidade cultural, a noção de economia moral camponesa e a idéia de desenvolvimento desde baixo, assim como o reconhecimento de um certo “potencial anticapitalista” determinado pela particular racionalidade econômica dos camponeses. (CHAYANOV in CAPORAL E COSTABEBER p. 25)

Diferente da monocultura da agricultura patronal altamente dependente de insumos externos, como as grandes lavouras de soja, cana de açúcar, arroz ou as grandes fazendas de gado de corte, a agricultura familiar apresenta sistemas diversificados mais próximos dos ecossistemas em que estão inseridos. A maior diversidade de cultivos na agricultura familiar se deve a busca de diferentes rendas distribuídas ao longo do ano, a busca do auto consumo alimentar, a redução de riscos e a busca de uma menor dependência de insumos externos. A diversidade de cultivos é possível em função de que o agricultor familiar é ao mesmo tempo empreendedor e trabalhador, trabalho e gestão estão juntos na unidade familiar.

Em projetos de desenvolvimento rural partimos de uma unidade básica que é a família. ROSSEAU admitia que a única sociedade natural (e a mais antiga) era a família. O restante da vida comunitária nada mais é que a livre associação de homens livres que renunciaram certos direitos e liberdades em troca do bem comum e da própria segurança, prestando obediência nos termos do contrato social. (ROSSEAU, J.J. in Natureza Ética de HEEMANN, A. 2000).

Outro conceito importante é o de capital humano e de capacidade humana. Um pressuposto importante é de que os seres humanos não são meramente meios de produção, mas também a finalidade de todo o processo. Entendemos que o capital humano tem uma correlação direta com o crescimento econômico, e a capacidade humana com o desenvolvimento integrado do ser em toda as dimensões, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Nas comunidades rurais encontramos diferentes formas de organização, na igreja, na escola, no clube de futebol, no sindicato, na cooperativa e ou associação, etc. Estas diferentes organizações em forma de rede caracterizam um capital social que pode potencializar um processo de desenvolvimento. Diversos estudos apontam o capital social como um diferenciador em estudos comparativos de diferentes processos de desenvolvimento. As regiões e ou comunidades com maiores indicadores de desenvolvimento possuem um maior capital social. A coesão de redes sociais promovem a formação de ações coletivas, propiciando o acesso a informação, aquisição de conhecimento, empoderamento político e maior solidariedade e engajamento cívico.

FAIRLIE et al apresenta o conceito de âmbitos da comunidade que diferente do conceito de propriedade privada, propriedade pública, a propriedade comum ausência de propriedade ou âmbitos de comunidade pode ser definida pelo manejo de recursos com base em organizações comunitárias, que autogestionam seu entorno a partir de um conjunto de

acordos institucionais entre seus integrantes que proporcionam o tecido de normas e regras de discussão sobre a gestão de recursos. Abrange tanto o espaço físico como o cultural - nem privado nem estatal - no qual os membros de um comunidade local desenvolvem seu modo de vida sobre tudo ao decidir o que ter em comum com base em suas tradições e culturas .

A partir destas categorias : aqueles que vivem e trabalham no meio rural em sua individualidade (crianças, jovens, idosos, homens, mulheres), a unidade familiar como forma associativa de gestão do agroecossistema a nível da unidade produtiva, o capital social como forma de gestão das relações a nível dos âmbitos da comunidade, poderemos através de um diálogo participativo contribuir com diagnóstico, planejamento, pesquisas, projetos, definição de políticas públicas para a construção de um desenvolvimento local sustentável nos campos econômico, social e ambiental.

6 Conclusão

A construção de pesquisa que tenham como objetivo a sustentabilidade das populações locais nos campos econômico, social e ambiental tem no Diagnóstico Agroecossistêmico um importante instrumental para a proposição de políticas de desenvolvimento.

Os estudos de Diagnósticos Agroecossistêmicos são dinâmicos e para entender a atual realidade é importante caracterizar as alterações ao longo do tempo em função de interações entre as inovações tecnológicas, as restrições ou potencialidades agroecológicas e sócioeconômicas provocando transformações econômicas, sociais e ambientais .

Como o enfoque agroecossistêmico requer uma leitura e proposição interdisciplinar a Agroecologia, estaria buscando uma maior aproximação e integração entre os conhecimentos agronômicos, ecológicos, sociais e de outras disciplinas correlacionadas, com o objetivo de gerar bases científicas e tecnológicas de um novo e mais qualificado conhecimento com participação ativa da população rural na determinação das formas de manejo dos agroecossistemas; maior valorização da biodiversidade e da diversidade cultural. A meta seria, fundamentalmente alcançar sistemas de produção economicamente viáveis, ecologicamente equilibrados, socialmente justos e culturalmente aceitáveis.

É na categoria dos agricultores familiares, daqueles que vivem e trabalham no meio rural em sua individualidade (crianças, jovens, idosos, homens, mulheres), na unidade familiar como forma associativa de gestão do agroecossistema a nível da unidade produtiva, no capital social como forma de gestão das relações a nível dos âmbitos da comunidade que poderemos através de um diálogo participativo contribuir com diagnóstico, planejamento, pesquisas, projetos para a construção de um desenvolvimento local sustentável nos campos econômico, social e ambiental.

Referências Bibliográficas

BRUNTLAND, Gro Harlem et al. Nosso Futuro Comum – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. Ed. Rio de Janeiro : Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1991. 430 p.

CAPORAL, Francisco Roberto y COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável : Perspectivas para uma Nova Extensão Rural In Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre,v.1, n.1, jan. mar. 2000 74 p.

FAIRLIE, Simon et al. Ni Privado ni Estatal: Un futuro común... para quiénes? 2. Ed. Montevideo: Ed. Nordan-Comunidad, 1998. 236 p.

FOLADORI, Guilherme y TOMMASINO, Humberto. El Concepto de Desarrollo Sustentable Treinta Años Después, Curitiba, 2000 19 p. Mimeografado.

GLIESSMAN, Stephen R., Agroecologia : Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. 1. Ed. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.

GROPPO, Paulo, Análise – Diagnóstico de Sistemas Agrários. Brasília : Departamento de Desenvolvimento Sustentável – FAO, 1991. Mimeografado.

HEEMANN, Ademar. Natureza e Ética. 2. Ed., Curitiba : Editora da UFPR, 1998. 224 p.

MUSSOI, Eros Marion, Integracion entre Investigacion y Extensión agraria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo : el caso de Santa Catarina, Brasil. 420 p. Tese de Doutorado – Universidade de Cordoba, Espanha, 1998.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro, Agricultura e Meio Ambiente. Teorias e História do Progresso Técnico. 260 p. Tese de Doutorado – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROSADO, Octavio Ruiz. Agroecosistema : El Término, Concepto y su Definición Bajo el Enfoque Agroecológico y Sistémico. In: LOERA, Jorge Gonzales et al (Org.) : Agroecologia y Desarrollo Sustentable – II Seminario Internacional de Agroecologia. 1. Ed. México : Universidade Autónoma Chapingo, 1995. 334 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In : XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996, Caxambu, MG. 32 p.

